



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0011330-23.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Alfredo Luiz Padilha**  
 Requerido: **ANTONIO AISSA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que os veículos do autor e do réu trafegavam pela Av. José Pereira Lopes (ela está retratada a fls. 52/53), no mesmo sentido de direção.

Sustenta o autor que se encontrava do lado direito da rua e que o réu, que estava do lado esquerdo, o fechou para desviar de um lagarto, dando causa à colisão.

Já o réu atribuiu ao autor a responsabilidade pelo evento, pois desenvolvia velocidade excessiva e forçou a ultrapassagem pela direita, abalroando seu automóvel.

As testemunhas inquiridas não trouxeram subsídios consistentes para a definição de como se deram os fatos trazidos à colação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Ana Rita Padilha Brancaglião, irmã do autor, esclareceu que estava no interior do automóvel dele, mas ressaltou que tudo se passou muito rapidamente, de modo que não declinou o que efetivamente teria sucedido.

Já Antônio Adriano dos Santos confirmou que o réu dirigia seu veículo mais próximo do canteiro central existente na via pública e que o autor, que não desenvolvia alta velocidade, bateu nele ao ultrapassá-lo.

Mesmo declarando que o réu não teria alterado então sua trajetória, não especificou a que distância estava do local da batida ou o que teria levado o autor a desgovernar-se.

Em suma, seu depoimento não aclarou com a necessária segurança a dinâmica fática verificada.

Reputo, não obstante, que as fotografias apresentadas pelo réu, quanto ao lugar de impacto nos automóveis envolvidos, permite estabelecer a certeza de sua culpa no episódio.

Vê-se a fls. 29/32 que o veículo do réu foi atingido na sua parte lateral direita traseira e não na sua parte traseira; em contrapartida, nota-se a fls. 35/38 que o veículo do autor foi atingido na parte lateral esquerda dianteira e não na sua parte frontal.

Esses dados são compatíveis com a descrição formulada pelo autor, tendo o automóvel do réu colhido o seu quando alterou sua trajetória para "fechá-lo".

Ao contrário, se os fatos se tivessem passado como relatado pelo réu, por óbvio a parte frontal do veículo do autor teria chocado com a traseira do dele, não se concebendo que em manobra de ultrapassagem (ressalvo que pela conformação da via pública era possível a passagem simultânea dos automóveis, de sorte que se estivesse o réu trafegando em linha reta era viável ao autor passar por ele) os automóveis apresentassem danos como os mostrados nas fotografias especificadas.

A conjugação desses elementos basta para firmar a convicção de que a responsabilidade pelo acidente foi do réu, de sorte que ele haverá de reparar os danos causados ao autor.

O montante da indenização está alicerçado em documentos que não foram específica e concretamente impugnados pelo réu, devendo em consequência prevalecer.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 2.360,00, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2015 (época de elaboração do orçamento de fl. 06), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

P.R.I.

São Carlos, 16 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**